

Solução sem congelamento e recessão

Novo estilo de governo prevê medidas em várias áreas, todas mantendo crescimento

As primeiras medidas do novo governo vão se concentrar em três frentes: inflação, reforma administrativa e reforma fiscal. Já a partir de amanhã estarão sendo implantadas, algumas tendo que passar necessariamente pelo Congresso Nacional. É o caso da reforma administrativa, para fusão e ou extinção de órgãos públicos, e a nova organização dos ministérios. As medidas contra a inflação devem seguir, ao menos em parte, o mesmo caminho e se forem adotadas por medida provisória, todas passarão pelo Congresso. Na área fiscal, a Constituição permite que alguns impostos sejam aumentados sem a observância do princípio da anualidade, como o Imposto sobre Operações Financeiras e o Imposto sobre Produtos Industrializados — e sem, ainda, a aprovação prévia do Congresso.

O Governo Collor quer marcar sua ação, desde o começo, com um novo estilo: medidas simultâneas em diversas áreas com vistas ao objetivo prioritário, a derrubada da inflação. Se possível, sem congelamento e, necessariamente, sem recessão. No começo da semana, o presidente Fernando Collor de Mello considerava ainda possível evitar o congelamento de preços e salários. Assim, escapa do desgaste do ágio nos preços e das greves no meio sindical.

Os preços estariam, hoje, num nível do qual podem até criar ou sofrer reajustes mais espaçados e com menor intensidade, sem o congelamento. Seria uma resposta espontânea do mercado, dependendo apenas do impacto e da consistên-

cia das primeiras medidas do plano econômico. É o que o presidente tem chamado de "choque de credibilidade".

A favor dessa avaliação contam os índices preliminares da inflação de março, que tende a repetir a alta de fevereiro, um sinal de que, apesar de todas as incertezas, a velocidade das remarcações é quase a mesma, salvo exceções como as carnes e certos produtos industrializados que andaram mais rápido.

Inversamente, porém, o nível dos preços tornaria, segundo outras opiniões, um congelamento preventivo e por pouco tempo, associado às demais medidas. Teria que ser rápido, para não incorrer em desgastes, e com uma regra clara para sair dele sem provocar mais inflação. Essa regra poderia ser a prefixação de preços e salários, um sistema para reduzir de forma negociada a inflação futura. Dispensa o congelamento se vier logo por decreto, mas nesse caso assume os mesmos riscos da estabilização forçada da economia. O primeiro tropeço pode significar o primeiro tombo na credibilidade do novo governo.

Fora dessas hipóteses, o que existe de mais provável quanto ao plano econômico são as seguintes medidas:

1 — "Impostos": aumento das alíquotas do IOF sobre todas as operações financeiras; aumento do IPI sobre produtos de consumo superfluos e bens de luxo; duríssimo combate à sonegação para trazer aos cofres do Tesouro parte considerável da evasão fiscal, avaliada em 7% do PIB ou 50% da receita tributária anual ou, ainda, todo o déficit operacional do ano passado. A avaliação é do Ministério da Fa-



zenda na gestão Sarney e envolve o equivalente a 26 bilhões de dólares ao ano. Haverá legislação específica e fórum especial para julgar os casos já conhecidos e a descobrir.

2 — "Política monetária": juros reais elevados no open market, mas com a diferenciação de prazos e taxas, juros maiores para prazos maiores. O objetivo é duplo: alongar o perfil da dívida pública, diminuindo a pressão dos encargos de curto prazo, e neutralizar o chamado "efeito riqueza", que gera moeda inflacionária no curto prazo. Juros altos sobre a dívida interna rolada no overnight foram a estratégia do ex-ministro Maílson da Nóbrega para conter o consumo, desovar estoques, impedir a fuga de capitais para o dólar, ouro e contas no exterior. Fracassou, mas como poderia ter sido pior sem ela? O novo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, já anunciou que vai mantê-la, em parte, para tranquilizar o mercado financeiro, mas com novo formato a ser implantado gradualmente. O gradualismo, neste particular, é um princípio formulado nas diretrizes de ação do Governo Collor.

3 — "Fortalecimento do Estado": o saneamento das despesas da União, aliado ao programa de pri-

vatizações e venda de patrimônio não utilizado diretamente nas atividades próprias de governo. O enxugamento do Estado, segundo o novo presidente, é para fazê-lo retirar-se de onde só dá prejuízo e não cumpre sua função social, e também de onde dá lucro mas a iniciativa privada pode gerá-lo de forma mais eficiente. O Estado se fortalece por reduzir custos, atuar no que deve arrecadar mais, em atividades que a iniciativa privada irá gerar mais ganhos tributáveis do que o lucro estatal. A rigor, o novo governo só considera estatais para sempre a Petrobrás, a Eletrobras e os Correios. As formas de privatização vão desde a venda da estatal à abertura do capital via ações, com participação minoritária do Governo. Persiste a discussão sobre a avaliação que será feita: Se pelo patrimônio das empresas, se pelo seu endividamento ou seu potencial de lucro.

4 — "Corte de custos": o funcionalismo federal será remanejado, em grau ainda desconhecido. O princípio será o da maior eficiência com vistas à atividade-fim do órgão que emprega o servidor. Hoje, a maior parte das verbas destinadas a um ministério é consumida na atividade-meio, burocrática. O

Governo espera economizar 6,1 bilhões de dólares ao longo dos cinco anos de mandato com a reforma administrativa. Demissões só podem alcançar, pela Constituição, apenas cerca de 120 mil funcionários e não são todos ociosos. A ociosidade é farta na outra parte, que soma cerca de 1.600.000 servidores intocáveis. O governo pensa em recorrer a cortes de gratificações, horas extras e eliminação de duplicidades de cargos e salários. E mesmo a colocação do ocioso em disponibilidade: o funcionário ganha sem trabalhar, mas ganha menos. Conjuntamente, serão fundidos ou extintos órgãos públicos ineficientes ou ociosos.

5 — "Dívida externa": redução pela metade nas remessas de juros ao exterior, como parte de uma renegociação para reduzir o estoque da dívida de médio e longo prazos. E o Plano Brady do governo americano associado ao limite na remessa de juros. O objetivo central é a "securitização" da dívida: a transformação da dívida velha em nova, com a conversão parcial em investimentos e recompra de títulos brasileiros no mercado secundário. A negociação é lenta e, de imediato, o Governo deve manter a posição do anterior: pagamentos agora so-

"A questão do congelamento não faz parte de nenhuma das nossas propostas. Esse é um instrumento que não favorece as diretrizes da economia de mercado".

14 de fevereiro de 1990

BRASIL NOVO

"A questão do congelamento não faz parte de nenhuma das nossas propostas. Esse é um instrumento que não favorece as diretrizes da economia de mercado".

f. Cesar -

mente do que for indispensável, para manter as reservas internacionais ao atual nível de 7 bilhões de dólares.

6 — "Comércio externo": talvez não haja maxidesvalorização do cruzado, mas midis diárias e midis mais adiante. O Governo quer exportar menos em 1990 (29 bilhões de dólares) do que no ano passado (34,3 bilhões de dólares). A maxi, agora, encareceria as importações, que o Governo Collor quer utilizar como estratégia para baixar os preços nos setores oligopolizados. As ações nessa área devem ser graduais, com um pé nas reservas internacionais e outro na queda da inflação. Um permitirá o fluxo de importações e o outro o das exportações sem maxi e sem recessão. Passada a necessidade de importar para ajudar no combate à inflação, o Governo poderá fazer mididesvalorizações se o objetivo para exportações ficar aquém do planejado. E se a renegociação da dívida externa se arrastar além do esperado, um item delicado para o novo governo, que pretende fechar o ano com 12 bilhões de dólares em reservas.

7 — "Desindexação": para livrar a economia da inflação passada, o plano é atrelar a economia à inflação futura, aplicando-se um redutor (pactuado, na melhor hipótese) a preços, salários, juros e câmbio, além da correção monetária. Se viver de imediato, estará dispensando um pacto social — caso em que dependerá exclusivamente da consistência e do acerto do plano econômico global. Mas, quer venha por medida provisória ou não, a desindexação será gradual, fixando-se metas de inflação para um período pré-determinado. Depois, novas metas para novo período e assim por diante, sempre inferiores à inflação prevista. A cada fim de período, se e quando a inflação efetiva for maior que a préfixada a diferença seria incorporada a preços, salários, juros etc, medianamente alguma regra a ser estabelecida. Pode vir também com a instituição de uma nova moeda, a exemplo do primeiro cruzado.